

Universidade Federal do Rio de Janeiro

**Instituto de
Economia
Industrial**

BOLETIM
DE
CONJUNTURA
INDUSTRIAL

Vol. 4

Nº 2

Abril/84

EDITORIAL: OS LIMITES DO CRESCIMENTO

Surpreenderam-se alguns com o fato de que a economia brasileira tenha apresentado, neste início de ano, taxas positivas de expansão de seu produto industrial. Este acontecimento rigorosamente consistente com movimentos de flutuação e recuperação do nível de atividades, não indica, no entanto que se tenha retomado uma trajetória de crescimento. E, se alguma dúvida pudesse haver quanto a isto, o próprio presidente do Banco Central, prof. Affonso Celso Pastore, apressou-se em afastá-la, ao afirmar, antes que o debate ganhasse corpo, e pudesse traduzir-se em uma mudança de grau de confiança dos empresários, que qualquer aumento da demanda interna seria prejudicial ao controle da inflação. Segundo o prof. Pastore, a retomada do crescimento deve se limitar aos setores industriais exportadores. Crescentou ainda, no que tange a uma maior liberalidade quanto às importações, que o governo considera prematura qualquer decisão, de vendo-se esperar alguns meses para avaliar o espaço disponível para se promover o seu crescimento (O Globo, 30.03.1984).

Tais afirmativas do presidente do Banco Central estão, aliás, perfeitamente de acordo com o disposto na 5ª Carta de Intenções ao FMI, recentemente assinada. As medidas de política econômica ali prescritas mantêm a natureza do instrumental até agora adotado: restrição monetária e creditícia; manutenção das correções monetária e cambial emparelhadas às variações do IGP; superávit operacional do orçamento público federal; cessação dos incentivos às exportações (crédito-prêmio) a partir de abril de 1985 e outras.

Deste modo, o destaque que vem sendo conferido, nas páginas da imprensa especializada, ao debate sobre "crescimento" e "recuperação" (inclusive omitindo as diferenças conceituais entre ambos os termos) pode falsear a sua verdadeira natureza. Porque, a menos que se admita que a economia americana prossiga sua retomada, a taxas crescentes e sem flutuações — de modo a assegurar a reanimação do comércio mundial e, por consequência, a expansão das exportações brasileiras a taxas elevadas — ou que se acredite que estejam em pleno funcionamento mecanismos automáticos que garantam o crescimento da economia, dada a partida pelas indústrias exportadoras, não há como recusar o debate sobre o conteúdo da política econômica. Não se

trata apenas de que o painel de instrumentos à disposição do governo pode ser acionado a qualquer momento — é na verdade o está sendo — com a finalidade de evitar um reaquecimento da demanda interna, com a alta de preços, reduzir o déficit público e garantir o saldo no balanço comercial. É que, sem o enfrentamento eficaz da questão dos juros, sem um afrouxamento nos controles creditícios, sem uma reforma fiscal de vulto e sem a recuperação da massa de salários — sem que se ponha abaixo, portanto, os pilares da política econômica atual e sem que se recomponham os componentes da demanda efetiva — não há como esperar um crescimento firme da economia.

O contra-argumento, assim, não consiste em recusar in li mine os resultados destes primeiros meses que apontam para uma recuperação da produção industrial em relação ao mesmo período do ano anterior. Os dados da Fundação IBGE mostram, verdadeiramente, que a indústria de transformação experimentou um incremento em sua produção física, em janeiro de 1984, de 2,62%, em relação a janeiro de 1983; em dezembro de 1983, já havia expandido 0,26% sobre dezembro de 1982. Quando se considera não apenas a indústria de transformação mas a produção industrial agregada, verificam-se avanços de 1,14% em dezembro e 3,51% em janeiro, sobre os mesmos meses do ano anterior; pesou aqui a influência do bom desempenho da indústria extrativa mineral, em particular petróleo e gás natural.

O outro indicador geralmente citado é o referente ao nível de atividades, produzido pela FIESP, que mostra um acréscimo de 4,3% no mês de janeiro. Tal indicador, no entanto, é um índice ponderado onde entram folha de salários e vendas deflacionadas, horas trabalhadas na produção e consumo de energia elétrica. Ocorre que houve intensa substituição de fontes energéticas na indústria, o que evidentemente superestima o indicador. A própria FIESP já informou que, quando expurgados do valor encontrado, o aumento de consumo de energia elétrica e das horas trabalhadas, o aumento se reduziria a 0,7% sobre janeiro de 1983.

Os demais indicadores fornecidos pelo IBGE continuam a apontar no sentido de uma forte contração das atividades industriais. Nos últimos doze meses até janeiro de 1984, a retração foi de 5,14% em comparação aos doze meses que se encerram em janeiro de 1983. E, no conceito de base fixa mensal, também se verifica uma queda acentuada, da ordem de 12,89%, no volume de mercadorias produzidas no país.

Finalmente os resultados de fevereiro, que mostram uma ilusória recuperação, quando avaliados pelo número de dias efetivamente trabalhados, apostam para uma redução em termos reais.

A questão fulcral, portanto, não reside na recusa dos dados que mostram recuperação, fato, como dissemos, perfeitamente compatível com a noção de flutuação econômica. A questão está em verificar os verdadeiros limites de uma recuperação, nos marcos da política econômica hoje em curso. Neste sentido, o que se pode dizer é que a recuperação de janeiro está ligada, antes de mais nada, ao desempenho das exportações, em especial de produtos manufaturados, que permitiu um superávit comercial, neste primeiro trimestre de 1984, da ordem de US\$ 2,5 bilhões. Alguns fatores explicam esta performance, sobretudo a violenta depreciação da taxa de câmbio em 1983 e a recuperação da economia americana, mas também a política ativa do Banco Central no mercado de divisas, mantendo o paralelo do dólar com baixíssimo âgio, o que desestimula o subfaturamento nas exportações. No que tange a economia americana, vale lembrar que esta realizou em 1983 o fantástico déficit comercial de US\$ 69,4 bilhões, atingindo em fevereiro deste ano a cifra recorde de US\$ 10,1 bilhões; as projeções para este ano indicam que o déficit pode superar a casa dos US\$ 100 bilhões. A economia americana funciona assim como verdadeira bomba de sucção, permitindo um incremento das exportações do resto do mundo.

A importância dos resultados do balanço comercial brasileiro deve ser devidamente destacada, não apenas porque indicam a viabilidade de se atingir a meta de US\$ 9 bilhões de superávit este ano, mas porque permitirão fazê-lo sem maiores restrições às importações e sem que se agrave, ao menos por este lado, o quadro recessivo da política econômica interna. Na verdade, o nível anormalmente baixo em que vêm sendo mantidas as importações, compatível apenas com o baixo nível de atividades em que opera a indústria brasileira neste quadro de sua existência, tem sido um componente ativo da política comercial brasileira.

Por outro lado, não se pode acreditar que o superávit comercial fosse, por si só, representar um alívio para a asfixia de nossas contas externas. Tal crença ignora a natureza mesma desta asfixia. Os problemas com que nos defrontamos em termos de balanço de pagamentos são de natureza financeira e, portanto, sensíveis aos

vai-e-vêns da política econômica norte-americana. E a tendência em curso naquela país, de elevação das taxas de juros, poderá recolocar, antes mesmos do que supõem os otimistas, nova restrição cambial de origem financeira, a partir do segundo semestre de 1984. Diante deste problema, não há porque imaginar que os responsáveis pela política econômica não voltem a usar os mesmos expedientes da restrição às importações, centralização cambial e contenção da demanda interna, enquanto batem de porta em porta, pires estendido, à cata de um novo turbo.

O máximo portanto que se pode esperar, quando se examina a questão da recuperação pelo lado das contas externas, é um certo desafogo, proporcionado pela continuidade do crescimento das exportações. O quadro é ainda menos animador quando se examinam os componentes domésticos da demanda agregada. O comércio varejista, por exemplo, apresentou uma queda real de 8% em janeiro, comparado ao mesmo mês do ano anterior; esta tendência confirmou-se em fevereiro com uma queda de 14,7 por cento.

Outro indicador de que a demanda interna não apresenta sinais de recuperação pode ser encontrado na indústria de bens de capital. De acordo com dados divulgados pela ABIMAQ e pelo SINDIMAQ; no primeiro mês deste ano em relação a janeiro de 1983, em toda a indústria de bens de produção mecânicos, o emprego total declinou 13,3%, os salários reais caíram 24,1%, a produção industrial baixou 7,1% e as vendas diminuíram 13,1 por cento. O ramo da indústria de bens de capital que melhor resultados apresentou foi o de máquinas e implementos agropecuários, onde o emprego aumentou 0,7%, a produção, 31,3% e as vendas reais, 73,6%. Isto se explica pelo aumento da renda real na agricultura, decorrente da explosão dos preços no mercado internacional.

O conjunto dos elementos que compõe a demanda interna — e de cuja reanimação depende a retomada do crescimento — continua assim paralisado por uma política econômica, cuja aplicação vem sendo responsável pelo quadro de desemprego, recessão, carestia e incerteza. E cuja permanência gera apenas perspectivas de que este quadro não será revertido. Há assim que dissipar a cortina de fumaça e manter a crítica à atual política de ajustamento à crise mundial, que, ao que tudo indica, será mantida à risca pela atual equipe econômica. Confirmam esta sombria previsão não só a 5ª Carta de Intenções

do Brasil ao FMI como as projeções elaboradas pelos bancos internacionais, credores do país, recentemente divulgadas. Os números aí contidos mostram que o sistema financeiro internacional espera vultosas transferências reais de recursos ao longo da década, o que implica superávits comerciais crescentes com o exterior. Ora, ainda que se mantenha nos próximos anos a tendência à reanimação da economia mundial, não se pode esperar que o Brasil consiga ampliar sua participação no comércio internacional a ponto de satisfazer as exigências dos credores. Mesmo este ano, em que a meta de um superávit de US\$ 9 bilhões na balança comercial não implica apertos adicionais na política econômica, não há como descartar a possibilidade de enfrentarmos, no segundo semestre, nova restrição cambial de origem financeira, — que será o primeiro fator sobredeterminante da política recessiva.

Em segundo lugar, e já no plano estritamente interno, a es tranha síndrome da inflação, juros altos e crédito apertado deverá perdurar. A inexistência de um horizonte claro de investimentos, a inércia da classe empresarial brasileira e a institucionalidade peculiar ao nosso mercado financeiro tornaram nossa economia altamente especulativa. Combinam-se aqui alguns elementos que tornam inviável o tratamento da questão financeira através de medidas puramente cos méticas: a absoluta perda de controle por parte das autoridades monetárias sobre a liquidez do sistema, uma vez que já não podem operar sobre as tradicionais fontes de ingresso de moeda estrangeira, do déficit público e dos empréstimos do Banco do Brasil; a real impossibilidade, por parte destas mesmas autoridades, de fazer baixar a taxa de juros, dada a dolarização da economia, as expectativas quanto ao risco generalizado e as necessidades de rolagem da dívida pública interna; finalmente, a completa desordem do sistema de preços, que de corre do desnorreamento das expectativas e inviabiliza o cálculo econômico.

O terceiro fator a empurrar no sentido da recessão vincula-se à impossibilidade de usar o gasto público como instrumento de política anticíclica. Tal possibilidade esgotou-se com os esforços de investimento realizados no governo passado, com o agravamento da crise internacional e com os pesados requerimentos financeiros do próprio setor público, que foi perversamente usado e abusado para a captação de recursos externos em moeda, na tentativa de adiar o colapso de nossas contas externas.

A continuidade desta política de natureza recessiva, ligada aos interesses dos credores externos do país, está assim gerando uma crise cuja amplitude e profundidade não se esgotam no simples exame dos indicadores quantitativos. E seus efeitos não se limitarão aos aspectos sociais — cuja dramaticidade já tem sido apontada e verificada — mas à devastação do parque industrial brasileiro. Não se trata apenas de que a indústria de transformação fechou o ano de 1983 a um nível de produção inferior ao de 1980 em mais de 15%; não se trata de que a indústria de bens de capital — que é o "núcleo de dinamização tecnológica" de qualquer sistema industrial — tenha reduzido sua produção em mais de 40% entre 1980 e 1983. Trata-se principalmente de que a permanência desta política levará a indústria instalada no país — neste momento de transformação do padrão industrial mundial — a perder a possibilidade de acompanhar a mudança em curso, tornando-se ao cabo da fase recessiva um museu arqueológico sem funcionalidade nem eficiência.

É claro que, do ponto de vista empresarial, os mais fortes sempre poderão resistir. Só que resistir, hoje, não é fazer o jogo especulativo e demonstrar em balanço lucros financeiros. Sem poder contar com o apoio do Estado ou com uma nova onda de inversões estrangeiras, não haverá automatismo no movimento de recuperação. Não pode haver recuperação sem uma redefinição do papel do Estado, sem uma reforma financeira e fiscal e sem uma política industrial e tecnológica. Antes de tudo, não pode haver recuperação sem que se ataque a questão dos juros, cuja permanência nos patamares atuais torna impeditivo o investimento produtivo. Exatamente por isso, discutir a retomada do crescimento passa necessariamente por rediscutir a política econômica como um todo.

Av. Pasteur, 250 – C.P. 56028
CEP 22.290 – Rio de Janeiro – Tel.: 295-4295